

Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A.

Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício Findo 31 de Dezembro de 2020
e Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (“DVA”) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação está sendo realizada de forma voluntária, foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

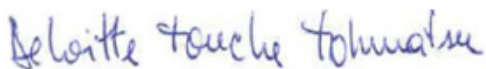
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 6 de maio de 2021



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA



Paulo Ferreira Silveira
Contador
CRC nº 1 BA 028799/O-3

Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A.

Balço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVOS	Nota explicativa			PASSIVOS E PATRIMONIO LÍQUIDO	Nota explicativa		
		31/12/2020	31/12/2019			31/12/2020	31/12/2019
ATIVOS CIRCULANTES				PASSIVOS CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	5	146.148	206.122	Fornecedores e contas a pagar	11	24.381	35.798
Contas a receber	6	14.533	27.145	Impostos a recolher		15.067	6.472
Estoque		796	1.023	Financiamento	12	13.386	7.677
Impostos a recuperar	7	3.020	21.967	Obrigações trabalhistas	13	8.390	7.995
Adiantamentos diversos		398	407	Repasse para terceiros		261	2.577
Despesas antecipadas	8	4.451	3.274	Partes relacionadas	14	7.254	37.711
Total dos ativos circulantes		169.346	259.938	Outorga variável	16	320	11.295
				Adiantamento de clientes		230	2.725
				Outras contas a pagar		3.207	1.539
				Total dos passivos circulantes		72.496	113.789
ATIVOS NÃO CIRCULANTES				PASSIVOS NÃO CIRCULANTES			
Impostos diferidos	23	5.040	8.566	Financiamento	12	492.185	441.792
Impostos a recuperar	7	-	47.950	Provisão para manutenção técnica	15	14.964	10.443
Depósito judicial		3.841	3.796	Outorga da concessão a pagar	16	288.823	340.814
Fundo restrito	12(iv)	22.594	19.869	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	17	3.160	1.300
Imobilizado	9	1.757	779	Total dos passivos não circulantes		799.132	794.349
Intangível	10	1.820.968	1.705.169				
Total dos ativos não circulantes		1.854.200	1.786.129	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	18	1.146.605	1.124.948
				Custo na emissão de ações	18.2	(3.804)	(3.804)
				Reserva de capital		(10.851)	
				Reserva de lucros		19.968	16.785
				Total do patrimônio líquido		1.151.918	1.137.929
TOTAL DOS ATIVOS		2.023.546	2.046.067	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.023.546	2.046.067

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A.

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	2020	2019
RECEITA DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
Receita líquida operacional	19	112.982	196.986
Receita de construção	19	58.830	437.568
		<u>171.812</u>	<u>634.554</u>
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
Custo operacional	20(b)	(96.480)	(108.433)
Custo de construção	20(a)	(58.830)	(437.568)
LUCRO BRUTO		<u>16.502</u>	<u>88.553</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	21	(17.978)	(15.440)
Despesas com vendas	21	(6.725)	(1.805)
Outras receitas (despesas) operacionais	21.1	95.327	(1.257)
		<u>70.624</u>	<u>(18.502)</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		87.126	70.051
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	22	7.215	12.560
Despesas financeiras	22	(83.701)	(41.404)
		<u>(76.486)</u>	<u>(28.844)</u>
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		10.640	41.207
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	23	(6.595)	(12.568)
Diferidos	23	(3.526)	(5.376)
Incentivo fiscal Sudene	23	2.664	7.432
		<u>(7.457)</u>	<u>(10.512)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>3.183</u>	<u>30.695</u>
Lucro líquido por ação básico e diluído (em Reais - R\$)	26	<u>0,003</u>	<u>0,030</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A.

Demonstração do resultado abrangente

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	<u>3.183</u>	<u>30.695</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>3.183</u></u>	<u><u>30.695</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Integralizado	Custo na emissão de ações	Reserva de capital	Reserva de lucro			Lucro (Prejuízo) acumulado	Patrimônio líquido
				Transações de capital	Reserva legal	Reserva de Incentivo fiscal	Dividendos propostos		
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2019		973.372	(3.228)	-	-	-	-	(13.910)	956.234
Integralização de capital social	18.1	151.576	-	-	-	-	-	-	151.576
Custos na emissão de ações	18.2	-	(576)	-	-	-	-	-	(576)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	30.695	30.695
Destinação do lucro do exercício:									
Constituição de reserva legal	18.4	-	-	-	839	-	-	(839)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	18.4	-	-	-	-	7.432	-	(7.432)	-
Dividendos propostos	18.4	-	-	-	-	-	8.514	(8.514)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		<u>1.124.948</u>	<u>(3.804)</u>	<u>-</u>	<u>839</u>	<u>7.432</u>	<u>8.514</u>	<u>-</u>	<u>1.137.929</u>
Integralização de capital social	18.1 e 18.3	21.657	-	(10.851)	-	-	-	-	10.806
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	3.183	3.183
Destinação do lucro do exercício:									
Constituição de reserva legal	18.4	-	-	-	159	-	-	(159)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	18.4	-	-	-	-	2.664	-	(2.664)	-
Dividendos propostos	18.4	-	-	-	-	-	360	(360)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		<u>1.146.605</u>	<u>(3.804)</u>	<u>(10.851)</u>	<u>998</u>	<u>10.096</u>	<u>8.874</u>	<u>-</u>	<u>1.151.918</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	2020	2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		3.183	30.695
Ajustes para conciliar o lucro líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais			
Impostos de renda e contribuição social diferidos		3.526	5.376
Depreciação e amortização	20	14.462	18.354
Encargos sobre outorga da concessão a pagar	22	39.557	36.798
Provisão para manutenção técnica	20	4.521	4.399
Juros e variações monetárias, líquidas		26.147	2.259
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6 e 21	(2.758)	1.626
Provisão para outorga variável	16	6.469	-
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis		1.860	1.300
Amortização do custo de captação	12	411	257
Reequilíbrio econômico-financeiro	16	(109.312)	-
Varição dos ativos e passivos			
Contas a receber		15.559	(2.605)
Estoque		227	(151)
Impostos a recuperar		(4.095)	1.046
Despesas antecipadas		(1.177)	(1.707)
Adiantamentos diversos		9	2.229
Deposito judicial		(45)	(3.666)
Fornecedores e contas a pagar		(11.417)	(4.335)
Obrigações trabalhistas		395	211
Impostos a recolher		10.174	885
Repasse para terceiros		(2.316)	351
Partes relacionadas		-	17.272
Outorga variável		-	(211)
Outras contas a pagar		1.666	1.056
Adiantamento de clientes		(2.495)	2.725
		(5.449)	114.164
Juros pagos - financiamento	12	(9.805)	(11.543)
Impostos pagos		(1.580)	(4.814)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(16.834)	97.807
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição do imobilizado	9	(1.039)	(781)
Adições ao intangível	10(ii)	(48.403)	(437.568)
Adições ao fundo restrito		(2.724)	(10.242)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(52.166)	(448.591)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital social	18.1	-	151.576
Custos na emissão de ações	18.2	-	(576)
Captação de financiamento	12	59.617	247.000
Pagamento de financiamento	12(iii)	(19.705)	(240)
Custos de captação de financiamento	12	(429)	(34)
Partes relacionadas		(30.457)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		9.026	397.726
AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(59.974)	46.942
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No início do exercício	5	206.122	159.180
No fim do exercício	5	146.148	206.122
AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(59.974)	46.942

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A.

Demonstração do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	2020	2019
Receita bruta de serviços prestados	19	140.368	226.619
Receita de construção	19	47.724	437.568
Outras receitas operacionais	16	97.105	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custos de construção		(47.724)	(437.568)
Materias, energia, serviços de terceiros e outros		(84.722)	(80.717)
VALOR ADICIONADO BRUTO		152.751	145.902
Depreciação e amortização	20	(14.462)	(18.354)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		138.289	127.548
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	22	7.215	12.560
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		145.504	140.108
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal:			
Remuneração direta		22.895	18.517
Benefícios		5.832	3.506
FGTS		995	1.020
Impostos, taxas e contribuições:			
Federais		24.074	35.935
Estaduais		84	6
Municipais		4.303	8.001
Remuneração de capitais de terceiros:			
Encargos sobre outorga	22	39.557	36.798
Juros	22	26.121	2.260
Doações e Patrocínios		-	139
Aluguéis		436	886
Outros		18.024	2.345
Remuneração de capitais próprios:			
Lucro retido		3.183	30.695
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		145.504	140.108

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A. (“CASSA” ou “Companhia”) foi constituída em 12 de junho de 2017 e tem por objeto social exclusivo a exploração, sob o regime de concessão do Aeroporto de Salvador - Deputado Luís Eduardo Magalhães (“Aeroporto de Salvador”), a prestação dos serviços de execução, gestão e fiscalização dos serviços necessários à ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto de Salvador.

Contrato de concessão

Em 28 de julho de 2017, a Companhia e a Agência Nacional de Aviação Civil (“ANAC” ou “Poder Concedente”) assinaram o contrato de concessão do Aeroporto de Salvador, decorrente do Edital de concessão nº 01/2016, com o período correspondente a 30 anos extensível por mais 5 anos.

Integram a concessão os bens necessários para a prestação do serviço de exploração aeroportuária disponibilizados pelo poder público e incorporados pela Companhia. Os investimentos em obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no contrato de concessão, não são passíveis de reembolso. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a infraestrutura do complexo aeroportuário.

Pelo direito de exploração do complexo aeroportuário do Aeroporto de Salvador, a Companhia pagou uma contribuição inicial fixa de R\$663.966 (seiscentos e sessenta e três milhões, novecentos e sessenta e seis mil reais), decorrente da oferta realizada no respectivo leilão, e se obriga a pagar à União uma contribuição futura fixa, corrigida pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA, referente ao valor nominal de R\$ 956.857 (novecentos e cinquenta e seis milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil reais).

Por meio da decisão 217 de 25 de novembro de 2021 a ANAC aprovou a revisão extraordinária do Contrato de Concessão por meio de um reequilíbrio econômico-financeiro no valor de R\$ 114.995. No entanto, após essa decisão da agência, a companhia atualizou suas projeções com números realizados até 31 de dezembro e obteve um reequilíbrio de R\$ 109.312, que foi efetivamente reconhecido em suas demonstrações. Como efeito foram atualizadas as contribuições fixas considerando como partida as parcelas da data de reconhecimento da dívida (agosto de 2017) a serem pagas anualmente pelo período de 30 anos, sendo cinco de carência inicial, assim compostos:

Descrição	Período	Contribuição antes do reequilíbrio	Contribuição após do reequilíbrio *
1º ao 5º ano	30/08/2017 a 29/08/2022	-	-
6º ano	30/08/2022 a 29/08/2023	8.320	-
7º ano	30/08/2023 a 29/08/2024	16.641	-
8º ano	30/08/2024 a 29/08/2025	24.961	-
9º ano	30/08/2025 a 29/08/2026	33.282	-
10º ao 30º ano	30/08/2026 a 30/08/2046	873.653	836.771

(*) Data base: 31 de dezembro de 2020.

Adicionalmente, a Companhia pagará ao poder concedente contribuição variável no percentual de 5% sobre a receita bruta (não incidente sobre a receita de construção reconhecida como efeito da *Interpretação Técnica – Contratos de Concessão - ICPC 01(R1)*).

Também como efeito do da revisão contratual a contribuição variável de 2019 e 2020 foi compensada não sendo necessária, portanto a liquidação financeira. Vide nota explicativa 16.

Como parte das atividades de concessão, a Companhia será remunerada pelas receitas tarifárias de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia e receitas não tarifárias à exploração de atividades econômicas que envolvam a utilização de espaços no complexo aeroportuário.

A Companhia não presta serviços auxiliares ao transporte aéreo que não sejam remunerados por meio de receita tarifária.

- **Covid 19**

Em dezembro de 2019 foi descoberto um vírus na China, popularmente conhecido como Coronavírus (“COVID19”), com alto poder de contágio e letalidade, que rapidamente se espalhou pelo mundo, dando início a uma epidemia mundial, declarada como pandemia pela OMS - Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020.

Várias medidas de combate à proliferação desse vírus foram adotadas pelas entidades governamentais ao redor do mundo, tendo como principal procedimento o isolamento social, que gerou uma desaceleração da atividade econômica mundial em larga escala, devido a drástica queda no consumo de serviços e mercadorias.

Diante dessa situação, o setor aeroportuário mundial passa por uma crise estrutural e financeira devido à queda no volume de passageiros e aeronaves. A administração da Concessionária do Aeroporto de Salvador está atenta aos impactos dessa crise e tomou todas as medidas possíveis para a manutenção de seu fluxo de caixa operacional, conforme plano abaixo demonstrado:

- Operação mantida para atendimento ao plano de malha mínima aeroportuária da ANAC para interligar o país, com redução das áreas ocupadas no terminal
- Renegociações contratuais com fornecedores e clientes com reduções de custos e flexibilização de prazos
- Austeridade no controle do contas a receber de forma a evitar inadimplência
- Adoção de medidas governamentais para flexibilizar o pagamento e desoneração da folha de pagamento e impostos
- Adoção de orientações do poder concedente com postergação de prazos e obrigações acessórias do contrato de concessão
- Manutenção de liquidez diária, com posição de caixa que garante sustentabilidade lidar com as dificuldades geradas pela crise

Adicionalmente, face ao cenário apresentado, a Companhia mantém monitoramento constante sobre a evolução do tema, de forma a adotar medidas que mitiguem os impactos nas operações.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e com as normas internacionais de relatório financeiro (“*International Financial Reporting Standards - IFRS*”), emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão evidenciadas e correspondem às práticas utilizadas na sua gestão.

Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir.

3.1. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

3.1.1. Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Os ativos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado; (b) ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado; e (c) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da natureza e finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

3.1.2. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” - os quais não são aplicáveis à Companhia, “Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado” ou “Outros passivos financeiros”.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo Outorga da Concessão a pagar, fornecedores e outras contas a pagar) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, acrescidos de multa por inadimplências.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.2. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que a renda estiver relacionada com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente; nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los na apuração tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data de divulgação das demonstrações financeiras.

Benefício fiscal

A provisão para imposto de renda e contribuição social é individualmente calculada pela Companhia com base nas alíquotas vigentes ao final do exercício, considerando-se os benefícios fiscais concedidos pela SUDENE. A parcela de redução do imposto de renda correspondente a incentivos fiscais é reconhecida no resultado, mas transferida da conta lucros acumulados para reserva de lucros no encerramento do exercício por não poder ser distribuída aos acionistas.

3.3. Outros ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

3.4. Ativos intangíveis

(i) Infraestrutura

Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da Interpretação Técnica - ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operando e mantendo essa infraestrutura durante determinado prazo. O contrato de concessão estabelecido entre a ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil e a Companhia não determina nenhuma remuneração em ativos financeiros. Dessa forma, a remuneração se dará pela exploração da infraestrutura. O contrato estabelece também o pagamento pela Companhia ao poder concedente em ativos financeiros além da obrigação de ampliação da infraestrutura existente. As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados aos usuários.

(ii) Software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais mencionadas na Nota 10.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(iii) Direito de outorga

O contrato de concessão obtido pela Companhia junto ao poder concedente se enquadra como um contrato de execução. Dessa forma, o gasto com o direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, sendo a amortização calculada pela curva de demanda ao longo do prazo da concessão.

3.5. Financiamento

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço (Nota 12).

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.6. Outorga da concessão a pagar

Representa as obrigações a pagar ao Poder Concedente pelo direito de exploração do Aeroporto de Salvador que são registradas inicialmente a valor presente, amortizados pelas liquidações financeiras e estão registradas no passivo não circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento inferior a 12 meses após a data do balanço

As despesas financeiras provenientes da atualização monetária são registradas no resultado do exercício, de acordo com a competência.

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se a taxa de juros real de 7,79% a.a., taxa equivalente de mercado estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão.

3.7. Provisão para manutenção técnica

A Concessionária possui a prática de efetuar grandes paradas de manutenção técnica, em intervalos regulares durante a vida útil econômica do bem. Essas manutenções são efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho técnicos previstos. Para tal, é necessária a realização de programas de manutenção pesada, cujos custos estimados pela Companhia são provisionados em bases mensais, para refletir o total das despesas e dos gastos a incorrer no período planejado da manutenção. Vide Nota explicativa nº 15.

3.8. Reconhecimento de receita

(i) Receitas de serviços prestados

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

Receita de serviços tarifários são reconhecidas quando há a efetiva utilização dos serviços, dos equipamentos, das instalações e das facilidades disponíveis no aeroporto. Contemplam as tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia.

Receitas de serviços não tarifários contemplam a exploração de atividades econômicas no aeroporto de cessão de espaços, estacionamentos e outros serviços auxiliares às áreas comerciais do sítio aeroportuário. Estas receitas não são regidas por nenhuma regra estabelecida pelo poder concedente, são negociadas livremente entre as partes contratadas e registradas mediante a evidência dos serviços prestados.

(ii) Receita de construção

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o IFRS 15 - Contratos de Construção. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços de construção, quando incorridos.

A administração entende, baseado em cálculos suporte, que a margem de supervisão das obras é imaterial para fins de mensuração. Logo, receita de construção é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, com margem próxima a 0%.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a receita e custo de construção representam o montante de R\$ 47.724 (R\$ 437.568 em 2019).

3.9. Lucro (Prejuízo) por ação básico

A Companhia efetua os cálculos do lucro (prejuízo) por ação básico utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

3.10. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pelo órgão regulador, como parte de suas demonstrações financeiras e como informação suplementar para fins de IFRSs, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.11. Mudanças das práticas contábeis e divulgações

Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

A Companhia avaliou os impactos nas divulgações das demonstrações financeiras referentes às IFRSs novas e revisadas, conforme segue:

<u>Norma</u>	<u>Descrição</u>	<u>Impacto</u>
Alterações ao IAS 1 – Classificação de passivos como circulante ou não circulante ¹	Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante.	A Companhia avaliou os impactos em suas Demonstrações Financeiras e concluiu que não há efeito.

3.12. Impairment de ativos não financeiros

As revisões de impairment de ativos não financeiros são realizadas anualmente ou se se houver indícios de que o ativo possa ter sofrido desvalorização.

Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram identificadas pela administração da Companhia evidências objetivas que justifiquem o registro de perdas de impairment.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS APRESENTADAS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações financeiras da Companhia são revistas de maneira contínua, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas pelo método curva de demanda de passageiros, equivalente ao longo do prazo da concessão, e a projeção para reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outras similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos com base nas projeções dos lucros tributáveis futuros. Na determinação desses montantes foram utilizadas as alíquotas previstas para recuperação ou liquidação desses valores.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas (Nota 23).

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

(b) Provisão para manutenção técnica

As provisões para manutenções técnicas representam os gastos estimados para manter as superfícies pavimentadas do aeroporto nos níveis mínimos de qualidade, conforme critérios estabelecidos no contrato de concessão. Os valores são reconhecidos proporcionalmente à medida

da passagem do tempo e foram levantados com base em estudos técnicos realizados internamente, de modo a refletir a melhor estimativa dos gastos que serão incorridos.

(c) Cálculo da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”)

Ao mensurar a PECLD a companhia usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros.

A inadimplência é uma estimativa da perda resultante da falta de pagamento dos clientes das faturas registradas no contas a receber. Ela se baseia na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor espera receber, levando em consideração os fluxos de caixa de garantias e as melhorias de crédito totais.

A probabilidade de inadimplência é um dado importante para a mensuração da PECLD e representa uma estimativa da perda durante um período específico, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras, baseados ou negociações atuais.

(d) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia registra ativo intangível decorrente de contrato de concessão de acordo com a ICPC 01, o qual foi amortizado até 31 de dezembro de 2018 linearmente. No entanto, a partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia passou a reconhecer a amortização no resultado de acordo com a curva de demanda de passageiros, respeitando os limites impostos pela vida útil inferior ao prazo de concessão, amortizados pelo método linear de acordo com a respectiva taxa de amortização, e de forma prospectiva, com base no prazo remanescente da concessão. O reconhecimento do valor justo do ativo intangível decorrente dos contratos de concessão está sujeito a premissas e estimativas (definição da margem de lucro do serviço de construção e da taxa de desconto do fluxo de caixa dos investimentos), e o uso de diferentes estimativas pode afetar os registros contábeis. A estimativa de vida útil do ativo intangível também requer um significativo nível de premissas e estimativas (definição da curva de tráfego). O uso de diferentes premissas e estimativas, e mudanças futuras podem afetar a vida útil dos ativos intangíveis e podem ter um impacto relevante no resultado das operações.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fundo fixo	47	76
Bancos conta movimento	2.059	3.580
Aplicação financeira	<u>144.042</u>	<u>202.466</u>
	<u>146.148</u>	<u>206.122</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as aplicações financeiras são de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDB remunerados a taxas que variam entre 95% a 102,07% dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

6. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Contas a receber - Concessão	23.799	39.169
(-) Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(9.266)	(12.024)
	<u>14.533</u>	<u>27.145</u>

(a) Movimentação da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo no início do exercício	(12.024)	(10.398)
Adições	-	(1.626)
Baixas	2.758	-
Saldo no final do exercício	<u>(9.266)</u>	<u>(12.024)</u>

A Companhia sempre mensura a perda estimada em créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes em um valor equivalente à PCE (Perdas de créditos esperadas). As perdas de crédito esperadas sobre contas a receber de clientes são estimadas usando uma matriz de provisão com base na experiência de inadimplência passada do devedor e em uma análise da provisão financeira atual do devedor, ajustadas com base em fatores específicos aos devedores, condições econômicas gerais do setor no qual os devedores operam e uma avaliação do curso atual e projetado das condições na data de relatório. A Companhia constituiu perda estimada em créditos de liquidação duvidosa para a maior parte do contas a receber vencidas há mais de 60 dias, uma vez que a experiência histórica indicou que essas contas a receber em geral não são recuperáveis.

(b) Composição por idade de vencimento

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
A vencer	11.188	21.633
<30	1.404	1.092
31-60	682	443
61-90	551	349
91-120	3.188	1.752
>120	6.786	13.900
	<u>23.799</u>	<u>39.169</u>

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Crédito de pis e cofins (i)	-	67.220
IRRF sobre aplicações financeiras	2.286	2.020
Outros créditos tributários	734	677
	<u>3.020</u>	<u>69.917</u>
Circulante	3.020	21.967
Não circulante	0	47.950
	<u>3.020</u>	<u>69.917</u>

(i) Devido a alteração do critério de apropriação dos créditos pis/cofins do método acelerado para a tomada de crédito pela amortização do intangível, o saldo no valor de R\$ 70.992 existente em 31 de dezembro foi reclassificado para o intangível.

8. DESPESAS ANTECIPADAS

Em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 4.451 (R\$ 3.274 em 2019), da rubrica despesas antecipadas, representa os gastos com seguros, os quais serão apropriados pelo prazo de cobertura dos Contratos.

9. IMOBILIZADO

A composição e movimentação do imobilizado está representada a seguir:

(i) Composição do imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	<u>31/12/2020</u>		<u>31/12/2019</u>	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Software	5%	1.201	(13)	1.188	492
Moveis e utensílios	10%	26	(2)	24	15
Máquinas e equipamentos	10%	600	(55)	545	270
Outros Imobilizados					2
		<u>1.827</u>	<u>(70)</u>	<u>1.757</u>	<u>779</u>

(ii) Movimentação do imobilizado

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo no início do exercício	779	7
(+) Adição	1.039	781
(-) Depreciação	(61)	(9)
Saldo no final do exercício	<u>1.757</u>	<u>779</u>

10. INTANGÍVEL

A composição e movimentação do intangível está representada a seguir:

(i) Composição do intangível

	Taxas anuais de amortização (%)	31/12/2020		31/12/2019	
		Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Intangível em infraestrutura					
Investimento para concessão	(*)	783.087	(9.489)	773.598	693.524
Software	20	5.608	(2.112)	3.496	4.040
Outorga da concessão	(*)	1.063.219	(63.802)	999.417	996.083
Intangível em formação		44.457	-	44.457	11.522
		<u>1.896.371</u>	<u>(75.403)</u>	<u>1.820.968</u>	<u>1.705.169</u>

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão foi reconhecida na rubrica de custos do serviço prestados, considerando o prazo de concessão através do método curva de tráfego ou método linear, conforme a vida útil econômica do bem. Os itens referentes ao contrato de concessão são investimento para concessão (reforma e ampliação) e outorga. A média ponderada esperada para amortização dos ativos referentes ao contrato de concessão para o exercício de 2020 é de 0,736%. A adoção da amortização pela curva de tráfego ocorrida em 2019 foi prospectiva, conforme CPC 23.

(ii) Movimentação do intangível

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	1.705.169	1.346.621
(+) Adição	59.208	437.568
(+) Encargos capitalizados líquidos	-	9.527
(-) Amortização (Nota 21.b)	(14.401)	(18.345)
(+) Crédito impostos sobre aquisições (*)	70.992	(70.202)
Saldo no final do exercício	<u>1.820.968</u>	<u>1.705.169</u>

(*) Créditos reclassificados para o intangível devido a alteração do critério de amortização do método acelerado para a tomada de crédito pela amortização.

(iii) Redução do valor recuperável dos ativos (Impairment)

Em atendimento ao CPC 01, a Companhia efetuou o teste de impairment no fim do ano de 2020, com base em projeções do fluxo de caixa para o período do contrato de concessão com uma taxa de desconto média de 11,2%, e foi verificado que o valor contábil da unidade geradora de caixa em 31 de dezembro de 2020 era menor que o seu valor recuperável. Desta forma não houve a necessidade de reconhecimento de perda por impairment no exercício.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fornecedores diversos	18.382	32.183
Outras contas a pagar	5.999	3.615
	<u>24.381</u>	<u>35.798</u>

12. FINANCIAMENTO

(i) Composição

	<u>Moeda</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Banco do Nordeste ("BNB")	R\$	514.376	458.255
Custos de captação	R\$	(8.805)	(8.786)
		<u>505.571</u>	<u>449.469</u>
(-) Circulante		13.386	7.677
Não circulante		<u>492.185</u>	<u>441.792</u>

Em 13 de junho de 2018, foi firmado um contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil ("BNB") no valor de R\$516.718, com liberação em 4 parcelas. Em 31 de dezembro de 2020, todas as parcelas haviam sido liberadas. O prazo de financiamento é de 240 meses, com carência de 36 meses, contados a partir da data da assinatura do contrato. O bônus de adimplência é de 15% da taxa de juros anual.

O contrato de financiamento com o BNB detém como garantia fidejussória fianças bancárias prestadas por instituições financeiras ("Fiadores") e fundo de reserva. Em favor dos Fiadores foram oferecidas em garantia as ações do projeto e os direitos creditórios da concessão, além do compromisso de integralização de capital, já constante em contrato de concessão.

A companhia possui todas as obrigações relacionadas aos contratos de dívida (covenants) atendidas em 31 de dezembro de 2020.

(ii) Prazo de vencimento

	<u>31/12/2020</u>
2021	13.386
2022	15.186
2023	16.334
2024	17.338
2025	18.659
2026 até 2038	<u>433.473</u>
	<u>514.376</u>

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) Movimentação

	2020	2019
Saldo em 1º de janeiro	449.469	201.513
Captações	59.617	247.000
Encargos capitalizados (Nota 10ii)		10.256
Despesa com juros	26.013	2.260
(-) Pagamento de principal	(19.705)	(240)
(-) Juros pagos	(9.805)	(11.543)
Custo de transação	(429)	(34)
Amortização do custo de transação	411	257
Saldo em 31 de dezembro	505.571	449.469

(iv) Fundo restrito

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da rubrica de Fundo restrito no montante de R\$ 22.594 (Principal – R\$ 21.552 e Juros – R\$ 962), R\$ 19.869 em 2019, é mantido como garantia de pagamento do valor correspondente as três maiores parcelas do financiamento com o BNB.

13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	31/12/2020	31/12/2019
Funcionários Infraero (a)	3.441	3.441
Provisão de férias	1.271	1.745
Outras obrigações	3.678	2.809
	8.390	7.995

- (a) Refere-se a custos com reembolso de folha de pagamento dos funcionários da INFRAERO cedidos à CASSA nos três primeiros meses de operação, durante o período de transição (Estágio 3, Fase I A), conforme disposto no item 2.26.3 do contrato de concessão.

14. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas são:

	2020						2019
	Saldo contábil	Transações					Saldo contábil
Partes Relacionadas	Gastos Capitalizados	Receita de Construção	Custo de Construção	Aumento de capital	Despesas	Fornecedores	
VINCI Airports SAS (i)	7.254	-	-	-	21.657	5.630	25.895
Oengenharia (ii)	-	1.405	676	(676)	-	-	11.816
Vinci Mobility (iii)	-	556	-	-	-	-	-
Total	7.254	1.961	676	(676)	21.657	5.630	37.711

- (i) Refere-se a reembolso de despesas incorridas pelo acionista VINCI Airports SAS relativos à obra, gastos com apoio a implantação do projeto da concessão, consultoria técnica, contratação de seguros e reembolso de despesas.
- (ii) Refere-se a contratação de serviços de engenharia na obra de expansão do complexo

aeroportuário de Salvador.

- (iii) Refere-se a gastos incorridos relacionadas a obra, implantação de projetos e reembolso de despesas.

15. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO TÉCNICA

Em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 14.964 (R\$10.443 em 2019) da rubrica provisão para manutenção técnica representa os gastos previstos para realização de programas de manutenção pesada, referentes principalmente às pistas de pouso e decolagem, em intervalos regulares, com previsão de gastos mais relevantes a partir de 2022.

16. OUTORGA DA CONCESSÃO A PAGAR

Em 24 de novembro de 2020 a Diretoria colegiada da ANAC aprovou a revisão extraordinária do contrato de concessão em razão dos prejuízos causados pela pandemia, com o objetivo de recompor o seu reequilíbrio econômico-financeiro. O valor referente ao reequilíbrio verificado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 109.312 este valor foi integralmente reconhecido no resultado deduzido de PIS e COFINS no valor de R\$ 10.001.

O reequilíbrio contratual foi utilizado pela Concessionaria para baixar parcialmente a outorga fixa e a totalidade da outorga variável de 2019 e 2020 no valor de R\$ 17.765.

Premissas do reequilíbrio

Para realização do reequilíbrio econômico-financeiro, conforme previsto no Anexo 5 do contrato de concessão, foi projetado um fluxo de caixa marginal de forma que fosse nulo a valor presente líquido os efeitos do desequilíbrio ocasionados pela pandemia, considerando os fluxos dispêndios e receitas marginais resultantes da pandemia.

Para projeção dos dispêndios foram considerados critérios históricos e de mercado para projetar custos e despesas resultantes da pandemia.

Para projeção das receitas foi considerada a demanda real verificada nos anos anteriores e adoção das melhores práticas de mercados práticas de mercado para projetar a demanda até o final de 2020.

Como taxa de desconto para o fluxo de caixa marginal foi utilizado o WACC de 8,5% previsto em contrato para fins de reequilíbrio. Também foi utilizada a taxa interna de 7,79% para atualização da outorga fixa.

Como efeito resultante do reequilíbrio a Companhia baixou de seu passivo referente a outorga fixa o valor de R\$ 120.080, referentes as parcelas vincendas até 2027 e baixou a outorga variável referente a 2019 e 2020 no valor de 17.765. No resultado foi reconhecida uma receita operacional líquida de R\$ 97.105 e receita financeira no valor de R\$ 2.310, que foi ocasionada pela utilização das duas taxas mencionadas no parágrafo anterior.

(i) Outorga fixa

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Contribuição futura fixa	169.482	261.029
Encargos sobre outorga de concessão a pagar	119.341	79.785
	<u>288.823</u>	<u>340.814</u>

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A outorga futura fixa apresenta um valor nominal de R\$836.747 tendo sido utilizado uma taxa real de desconto de 7,79 % a.a. para o cálculo do valor presente.

Mapa de movimentação

	<u>31/12/2020</u>
Saldo no início do exercício	340.814
(+) Atualização de juros	15.246
(+) Atualização do ajuste a valor presente	24.311
(-) Reequilíbrio(efeito líquido)	(91.548)
Saldo no final do exercício	<u>288.823</u>

(ii) Outorga variável

A companhia registrou provisão a pagar de outorga variável no montante de R\$ 320 (11.295 em 2019), no passivo circulante. Este montante se refere a atualização monetária da outorga que não foi contemplada no equilíbrio.

Com a inclusão da outorga variável no requebro econômico-financeiro aprovado pela ANAC, as outorgas apuradas em 2019 no valor de R\$ 11.295 e 2020 no valor de R\$ 6.470 foram compensadas.

Demonstramos abaixo a memória de cálculo da outorga variável conforme estabelece o contrato de concessão:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita bruta antes das deduções	140.368	226.619
Cancelamentos	(10.983)	(713)
	<u>129.385</u>	<u>225.906</u>
Percentual	5%	5%
Contribuição variável	<u>6.469</u>	<u>11.295</u>

17. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CIVEIS

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia é ré em ações de causa indenizatórias no valor de R\$ 1.526 (R\$ 1.300 em 2019) classificadas, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, como de perda provável, relacionadas a processos cíveis. A Companhia também possui causa referente ao risco de ação fiscal da Receita Federal a respeito de multa de 20% sobre tributos recolhidos sob regime de denúncia espontânea no valor de R\$ 1.634 também classificadas pelos assessores jurídicos como perda provável.

A Companhia também tem ações de natureza trabalhista, cível e administrativa envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis no montante estimado de R\$ 384.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1. Capital social

Em 12 de junho de 2017, a Companhia foi constituída mediante a emissão de 1.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo 990 ações emitidas pela VINCI Airports SAS (“VINCI”) e 10 ações emitidas pela Vinci Airports Brasil - Participações Ltda. (“Participações”), no valor de R\$1,00 cada uma, totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas Vinci e Participações.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de abril de 2019 foi integralizado pelo acionista VINCI o montante de R\$ 116.443 no capital da Companhia.

Em 15 de outubro de 2019 foi integralizado pelo acionista VINCI o montante de R\$ 35.133 no capital da Companhia.

Em 02 de abril de 2020 foi integralizado pelo acionista VINCI o montante de R\$ 21.657 no capital da Companhia.

Em 02 de abril de 2020, foi aprovado aumento de capital na Companhia no valor de R\$ 21.657 mediante a emissão de 21.657.184 (vinte e um milhões seiscentos e cinquenta e sete mil cento e oitenta e quatro) novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, fixado com base no valor patrimonial, totalmente subscritas e a integralizadas pelo acionista VINCI.

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social e o quadro acionário da Companhia está representado a seguir:

Acionista	Participação	Ações nominais	2020		2019	
			subscrito	a integralizar	Capital - R\$ integralizado	Capital - R\$ integralizado
Vinci Airports SAS	88,97%	1.024.113	1.024.113	(1.373)	1.022.740	1.001.083
Vinci Airports Brasil - Participações Ltda.	11,03%	126.931	126.931	(3.065)	123.865	123.865
	100,00%	1.151.044	1.151.044	(4.438)	1.146.605	1.124.948

18.2. Custos na emissão de ações

A companhia registra todos os custos das operações com emissão de ações em rubrica específica. Esses valores referem-se a certos gastos diretamente ligados à operação de aumento de capital, o qual para 31 de dezembro de 2020 monta o valor de R\$ 3.804 (em 2019 mesmo montante).

18.3 Reserva de capital - Transações de capital.

Refere-se a transações entre acionistas utilizadas para aumento de capital.

18.4. Reservas de lucros

18.4.1 Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. No exercício de 2020 a Companhia constituiu o montante de R\$ 159 (R\$ 839, em 2019) de reserva legal. A reserva tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente pode ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar o capital.

Abaixo demonstramos o cálculo:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do Exercício	3.183	30.695
Absorção do prejuízo		(13.910)
	3.183	16.785
Percentual	5%	5%
Reserva legal	159	839

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18.4.2 Reserva de incentivos fiscais

A companhia constituiu reserva de incentivo fiscal no montante de R\$ 2.664 (R\$ 7.432, em 2019) referente a fruição do regime de redução de 75% do IRPJ da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

18.4.3 Dividendos propostos

Proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral.

19. RECEITA DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Receita operacional

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita de embarque e conexão	55.986	116.807
Receita de pouso e permanência	17.195	28.047
Receita de armazenagem e capatazia	8.727	14.461
Receita de cessão de espaço	57.439	67.209
Outras receitas	<u>1.021</u>	<u>95</u>
	140.368	226.619
Deduções da Receita	(27.386)	(29.633)
Receita líquida	<u><u>112.982</u></u>	<u><u>196.986</u></u>

Receita de construção

Em 31 de dezembro de 2020, o montante referente a receita de construção foi de R\$ 58.830 (R\$437.568 em 31 de dezembro de 2019).

Em 2020 ocorreu significativa redução da receita de construção quando comparado ao exercício anterior devido à conclusão de parte das obras de ampliação e modernização do sítio aeroportuário.

20. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

(a) Custo de construção

Os custos de obra de infraestrutura referem-se aos custos apurados e lançados, tomando-se por base as orientações contidas na Instrução Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

A Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$ 58.830 (R\$437.568 em 31 de dezembro de 2018) como custo de construção.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Custo operacional

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Custos com pessoal	(15.804)	(8.094)
Honorários da diretoria	(2.951)	(2.436)
Operações aeroportuárias	(20.817)	(33.826)
Depreciação e amortização (Notas 9 e 10)	(14.462)	(18.354)
Material, equipamentos e veículos	(1.211)	(1.622)
Gastos gerais	(13.216)	(15.475)
Conservação e manutenção	(10.069)	(8.757)
Seguros e Garantias	(6.960)	(4.175)
Provisão de manutenção técnica	(4.521)	(4.399)
Outorga Variável	(6.469)	(11.295)
	<u>(96.480)</u>	<u>(108.433)</u>

21. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Despesas com pessoal	(10.930)	(9.291)
Honorários da diretoria	(1.404)	(1.255)
Consultoria e assessoria	(2.758)	(2.061)
Comunicação, marketing e publicidade	(624)	(1.392)
Gastos gerais e administrativos	(2.079)	(1.194)
Despesa com vendas	(9.483)	-
Viagens	(183)	(426)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	2.758	(1.626)
	<u>(24.703)</u>	<u>(17.245)</u>

21.1 Outras Receitas (despesas) operacionais

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita de reequilíbrio econômico financeiro	97.105	-
Outras receitas operacionais	86	85
Provisão para contingências	(1.860)	(1.300)
Outras despesas	(4)	(42)
	<u>95.327</u>	<u>(1.257)</u>

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita financeira		
Rendimento de aplicação financeira	3.262	9.177
Juros recebidos	637	593
Outras receitas financeiras	1.006	2.790
Juros sobre equilíbrio (nota 16)	<u>2.310</u>	<u>-</u>
	7.215	12.560
Despesa financeira		
Encargos sobre outorga	(39.557)	(36.798)
Juros sobre financiamento	(26.121)	(2.260)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(55)	(182)
Variação cambial passiva	(10.649)	(3)
Outras despesas financeiras	<u>(7.319)</u>	<u>(2.161)</u>
	(83.701)	(41.404)
	<u>(76.486)</u>	<u>(28.844)</u>

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(i) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui registrados impostos diferidos ativos líquidos no montante de R\$ 5.040 (R\$ 8.566 em 31 de dezembro de 2019), calculados sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal, a alíquota de 34%. Os ativos de impostos diferidos são reconhecidos para os prejuízos fiscais na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
IR e CSLL sobre prejuízo fiscal e base negativa (34%)	-	1.850
IR e CSLL diferença fiscal temporária (34%)	<u>5.040</u>	<u>6.716</u>
Ativo de imposto diferido (líquido)	<u>5.040</u>	<u>8.566</u>

(ii) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	10.640	41.207
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social (CSLL) à alíquota de 34%	(3.618)	(14.010)
Adições permanentes		
Despesas indedutíveis	(59)	(47)
Outras adições permanentes	(8.266)	(7.646)
Exclusões permanentes		
Custo na emissão de ações	-	196
Outras exclusões permanentes	1.822	3.563
Incentivo fiscal	2.664	7.432
Efeito de IR e CSLL no resultado	<u>(7.457)</u>	<u>(13.584)</u>
IR e CSLL diferidos	(3.526)	(5.376)
IR e CSLL correntes	(6.595)	(12.568)
Incentivo fiscal	2.664	7.432
Total da receita (despesa) com IR e CSLL	<u>(7.457)</u>	<u>(10.512)</u>

O saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social de R\$ 5.440(em 2019 foi utilizado em 2020).

(iii) Incentivo fiscal

A Companhia é beneficiária do regime de redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, com início em 01 de janeiro de 2019 e término em 31 de dezembro de 2028, conforme Laudo Constitutivo nº 0289/2019, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), constante do Processo Administrativo Fiscal no 10580.720550/2019-37. O referido benefício está limitado exclusivamente à atividade de exploração do aeródromo. A Companhia reconheceu em 2020 montante de R\$ 2.664 (R\$ 7.432 em 2019) referente à subvenção em conta de resultado.

24. COBERTURA DE SEGURO

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência até</u>	<u>Cobertura</u>
Responsabilidade civil aeronáutica	outubro/2021	3.924.329
Responsabilidade civil aeronáutica excess AVN 52g	dezembro/2021	500.000
Responsabilidade civil geral	março/2021	10.000
Seguro de frota	janeiro/2022	1.500
Riscos operacionais (property)	dezembro/2021	2.063.179
Riscos diversos (terrorismo)	dezembro/2021	340.000
Responsabilidade civil ambiental	março/2021	38.000
Performance bond	janeiro/2022	128.754
Responsabilidade civil obras	outubro/2021	5.000
Risco de Engenharia	outubro/2021	36.227

Seguro riscos operacionais (property) (AIG Seguros)

A Companhia contratou a cobertura de seguro no valor de R\$ 2.063.179 para cobertura pessoal ou de terceiros o pagamento e/ou reembolso das quantias devidas ou a pagar a terceiros a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal cível ou por acordo aprovado pela seguradora, com vigência até 31 de dezembro de 2021 e cobertura variável de acordo com os eventos ocorridos, considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Seguro de riscos diversos (terrorismo) (CHUBB)

Seguro com vigência até 31 de dezembro de 2021 com cobertura de seguro no valor de R\$340.000 para casos de danos a estrutura e a terceiros em casos de tumulto, greves entre outros riscos diversos. Na renovação ocorrida em 2020 os seguros de property e terrorismo foram separados.

Seguro de responsabilidade civil ambiental (XL CATLIN)

A Companhia, contratou a cobertura de seguro no valor de R\$36.600 com vigência até 20 de março de 2021 para indenizações por danos civis, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros.

Seguro de responsabilidade civil aeronáutica (AXA)

Seguro com cobertura de lesões corporais ou danos materiais causados por uma ocorrência em excesso à limitação da responsabilidade civil. Com vigência até 30 de outubro de 2021 com um limite de indenizações em caso de sinistro de R\$ 3.924.329.

Seguro performance bond (SWISS RE)

Este seguro abrange as obrigações no contrato de concessão com cobertura de R\$ 128.754. O seguro tem a finalidade de garantir à ANAC as obrigações contratuais da concessão, com vigência até 28 de janeiro de 2021.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

a) Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado - taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva determinam as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

b) Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, que elaboraram um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Maior que 5 anos	Total
Fornecedores e outras contas a pagar	24.381	-	-	-	24.381
Provisão para manutenção técnica	1216	13007	741	-	14.964
Outorga da concessão a pagar	-	-	-	836.772	836.772
Financiamento	13.386	15.187	52.331	415.874	496.778
Total	38.983	28.194	53.072	1.252.646	1.372.895

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

c) Gestão do risco de capital

	Nota explicativa	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Financiamentos	13	505.571	449.469
Outorga da concessão a pagar	17	288.823	340.814
Menos: Caixa e equivalente de caixa	5	(146.148)	(206.122)
Menos: Fundo restrito	13 (iv)	(22.594)	(19.869)
Dívida líquida		<u>625.652</u>	<u>564.292</u>
Total do patrimônio líquido		<u>1.162.769</u>	<u>1.137.929</u>
Total do capital		<u>1.788.421</u>	<u>1.702.221</u>
Índice de alavancagem financeira (%)		<u>35</u>	<u>33</u>

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

d) Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. A Companhia está exposta a riscos de oscilações do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA o qual é base para correção do passivo da outorga da concessão.

A tabela abaixo detalha a análise de sensibilidade da exposição ao IPCA do instrumento financeiro relativo ao passivo da outorga da concessão para 31 de dezembro de 2020 considerando percentual de 10%. A análise é preparada assumindo que o valor do instrumento financeiro em aberto no final do exercício esteve em aberto durante todo o exercício seguinte. O percentual de 10% é a taxa média de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos de variação no índice de preço ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças do IPCA.

Um número negativo indica um aumento no resultado e no patrimônio quando o IPCA aumenta em 10% e todas as outras variáveis se mantêm constantes.

<u>Saldos</u>	<u>Risco</u>	<u>Impacto no resultado e patrimônio</u>
Outorga da concessão a pagar	Aumento do IPCA	(87)

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

e) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2020, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

26. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO BÁSICO E DILUIDO

O lucro líquido básico por lote de ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o período.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia	3.183	30.695
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	<u>1.141.146</u>	<u>1.012.582</u>
Lucro líquido básico por ação e diluído - R\$	<u>0,003</u>	<u>0,030</u>

27. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa; portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Capitalização líquida de juros no ativo intangível	-	2.563
Aumento de capital	21.657	-
Crédito de pis e cofins sobre bens corpóreos	1.560	70.202
Baixa da outorga da concessão	91.548	-
Baixa da outorga variável	17.765	-

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

• **Bloco norte**

No dia 7 de abril de 2021, a Vinci Airports venceu o leilão do bloco norte com um lance de R\$ 420.000, significando um ágio de 777% em relação ao lance mínimo. Desta a partir de 2020 serão administrados pelo grupo mais sete aeroportos: Manaus (AM), Porto Velho (RO), Rio Branco (AC), Cruzeiro do sul (AC), Tabatinga (AM), Tefé (AM) e Boa Vista (RR).

• **Covid 19**

Apesar das incertezas relacionadas a pandemia no Brasil a companhia possui alto nível de liquidez, o que garante sustentabilidade para lidar com a crise. Também o cenário de forte retomada do tráfego a partir do final de 2020, com um perfil de 95% de voos domésticos, e o início da vacinação progressiva no Brasil constituem elementos de conforto.

29. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto completo das demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e concluíram que as referidas demonstrações traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira e as aprovaram em 06 de maio de 2021.
